

“Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920) – Um estudo de relações não-capitalistas de produção”, de João Luís Fragoso[♦]

Rafael Cariello¹

Resumo

Resenha da dissertação de mestrado de um dos mais importantes historiadores brasileiros, até hoje não publicada, cuja defesa completa 40 anos em 2023. A recente digitalização da obra revela uma interpretação inovadora sobre a decadência produtiva do Vale do Paraíba no fim do século XIX. O autor explica o sistema de plantio extensivo na região, com utilização de queimadas, como uma solução racional para o problema da oferta relativa de fatores à época: abundância de terras e escassez de trabalhadores. Cria, assim, uma terceira via interpretativa para a história do Vale e a crise do café na região, até hoje ignorada.

Abstract

Review of an unpublished master's dissertation by one of Brazil's leading historians. Digital access to it, only recently made available, has revealed an innovative interpretation on one of Brazil's economic history central questions: when, exactly, and why was there a crisis in coffee production at the Paraíba valley in the 19th century? The author relates the widely used slash and burn technique to factor endowments (land abundance and labor scarcity), thus presenting a new explanation to the valley's and Brazil's coffee production history, hitherto widely ignored.

“Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920) – Um estudo de relações não-capitalistas de produção” é uma dissertação de mestrado que em 2023 completa 40 anos de existência – ou seja, de defesa e depósito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde a pesquisa foi

[♦] Foi Renato Perim Colistete, meu orientador de doutorado, quem me chamou a atenção para a possibilidade de acesso à dissertação de mestrado de João Fragoso, como também foi Colistete quem primeiro notou a importância da contribuição feita por Fragoso no texto de 1983.

¹ Doutorando – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Universidade de São Paulo – End: Av. Professor Luciano Gualberto, 908 - Butantã – CEP: 05508-010 – São Paulo - SP – Brasil – E-mail: rcariello@usp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7483-5751>.
Recebido: 17/07/2023. Aceito: 15/09/2023.
Editor Responsável: Dante Mendes Aldrighi.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

desenvolvida. Mas não de publicação. O trabalho nunca virou livro, e até poucos anos atrás, quando a UFRJ iniciou um programa de digitalização de suas teses e dissertações, “Sistemas Agrários” permanecia inacessível para a maior parte dos especialistas e leitores interessados na história do Brasil. Tanto a efeméride quanto o fato de que seu jovem autor, em 1983, fosse João Luís Fragoso – um dos poucos pesquisadores em atividade cuja importância para a historiografia é comparável à dos clássicos, de Francisco Adolfo de Varnhagen a Fernando Novais – podem servir de pretexto para esta resenha incomum, extemporânea. Mas o que a justifica plenamente, creio eu, é a importância da pesquisa contida em “Sistemas Agrários”, uma contribuição original e decisiva – e até agora praticamente desconhecida – para um tema clássico, central, da história econômica do Brasil: a ascensão e decadência da produção de café no Vale do Paraíba.

João Fragoso é também o autor de “Homens de Grossa Aventura”, livro baseado em sua tese de doutorado, defendida no final da década de 1980, e, ao lado de Manolo Florentino, de “O Arcaísmo como projeto”. Não é exagero dizer que as duas obras, publicadas na década de 1990, provocaram uma revolução na historiografia brasileira. De maneira consciente e retoricamente hábil, Fragoso mobilizou suas descobertas de pesquisa – a existência de um mercado interno mais pujante do que se deduzia dos modelos até então aceitos para a economia colonial, associada à presença de uma elite mercantil residente nas principais cidades brasileiras já no século XVIII – para polemizar com os autores de referência sobre o período (Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais), ganhar relevância (e notoriedade), e ver vicejar a interpretação que propunha, alternativa àquela que dava ênfase à relação centro-periferia, para explicar o funcionamento da economia colonial brasileira.¹

A ousadia bem-sucedida do recém-doutor dos anos 1990 contrasta, à primeira vista, com o aparente excesso de autocrítica do pesquisador ainda iniciante de uma década antes, que na introdução de “Sistemas Agrários” apresentava a sua dissertação com rara honestidade e alguma autoflagelação, enfatizando as frustrações da pesquisa – antes de revelar por fim que, se tivesse a oportunidade de recomeçar, mudaria até mesmo a delimitação cronológica da obra. “Estamos cientes da limitação do presente trabalho”, escreve Fragoso. “Talvez se tivéssemos tido mais tempo ou um apoio insti-

¹ João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830* (Civilização Brasileira, 1998); João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840* (Sette Letras, 1996).

tucional mais efetivo, no tempo da pesquisa, o nosso trabalho pudesse ter uma melhor qualidade.” Talvez, na verdade, o excesso de autocritica ajude a explicar por que um trabalho tão importante tenha passado tanto tempo quase escondido. Um dos mistérios ligados a essa dissertação incomum seria assim resolvido.

O outro mistério aparece justamente como objeto da pesquisa. Frágil parte de um enigma no comportamento da elite agrária do Vale do Paraíba, onde se localiza Paraíba do Sul, um enigma que se relaciona, ainda que não coincida por completo, com outro, que por muito tempo mobilizou historiadores brasileiros e provocou um debate importante, ligado ao problema do fim da escravidão no país. A discussão diz respeito à decadência econômica da região, primeira área de desenvolvimento do café no Brasil, esteio do renovado poder econômico e político da elite do centro-sul do país a partir da década de 1830. Até a ascensão do Oeste paulista como grande produtor, o café era o Vale – e o Vale era o Império.

A opulência da região, constatável na grandeza e beleza dos complexos arquitetônicos das fazendas da época, muitas ainda preservadas e hoje transformadas em atrações turísticas, teria atingido o seu ápice nas décadas de 1850 e 1860, segundo os primeiros estudos rigorosos sobre o Vale do Paraíba. Dali por diante, enquanto o cultivo e a comercialização do café continuaram a avançar por outras partes do país – particularmente no planalto paulista –, o Vale teria entrado em um processo de rápida e profunda decadência. O que parecia enigmático, para muitos desses autores, era o apego dos fazendeiros da região às suas terras e aos seus plantéis. Por que continuavam donos de tantos escravizados, insistindo na produção de café a partir de arbustos já envelhecidos, se poderiam facilmente vender os seus cativos para outros produtores, em terras mais férteis, como o Oeste paulista? Por que não se mudavam, eles próprios, dali, quando a produtividade já baixava? A explicação que primeiro se apresentou foi a de uma falta de racionalidade econômica “moderna” entre os proprietários do Vale, que teriam se baseado em valores tradicionais e no apego ao status de donos de terras e de gente, para insistirem em uma atividade que, do ponto de vista exclusivamente econômico, não fazia mais sentido. “Alguns autores [...] retratam os fazendeiros que permaneceram na região até a abolição, com suas fazendas e seus plantéis de escravos, como deficientes – não mentalmente, mas na mentalidade”, escreveu Robert Slenes.²

² Robert W. Slenes, “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira na província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, em *Brasil: História Econômica e Demográfica (Iraci del Nero*

Uma interpretação alternativa não demorou a aparecer, contudo. Não haveria falta de racionalidade em permanecer produzindo no Vale do Paraíba – pela simples razão de que não haveria decadência da produção até pelo menos a década de 1880. O próprio Slenes, seguindo o trabalho pioneiro de Pedro Carvalho de Mello, levanta dados que indicam ter sido precipitado datar o início da decadência do Vale já na década de 1860. A discussão é particularmente relevante para esses autores porque torna o fim da escravidão (economicamente justificável até as vésperas da abolição) um problema político por excelência, a exemplo do que haviam feito Robert Fogel e Stanley Engerman nos Estados Unidos.³ Ocorre que os autores brasileiros que atestam a vivacidade e produtividade do Vale até os anos 1880 deixam de se preocupar com o que aconteceu dali por diante – quando de fato houve declínio da produção. Sabe-se que, na virada para o século XX, a principal atividade da região já era a criação extensiva de gado, uma prática de baixa produtividade, feita com um rebanho magro e malcuidado a se espalhar pelas terras montanhosas que, poucos anos antes, estavam cobertas pelo verde do cafezal.

O interesse da dissertação de Fragoso está justamente aí. Em lugar de escolher entre decadência-e-irracionalidade, de um lado, e vigor-e-racionalidade, de outro, ele apresenta uma terceira possibilidade, capaz de explicar todo o arco produtivo do Vale, do ápice à decadência. Fragoso mostra que foi justamente a racionalidade econômica radical dos cafeicultores da região que levou, no fim das contas, ao inexorável esgotamento da produção agrícola.

A princípio, como admite o autor de “Sistemas Agrários”, algo parece não se encaixar bem, não fazer muito sentido. A anomalia, aquilo que desafia a lógica, diz respeito a certos comportamentos da elite rural de Paraíba do Sul e, de maneira mais ampla, do Vale fluminense na segunda metade do século XIX. Comportamentos que se revelam surpreendentes e inesperados, aparentemente prejudiciais aos próprios interesses da elite do café e, portanto, pouco condizentes com a racionalidade que se espera de grandes empresários. Mas agora a “irracionalidade” não diz respeito à posse de escravizados e, sim, ao uso da terra.

da Costa, org.) (São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986).

³ Pedro Carvalho de Mello, *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888* (University of Chicago, Department of Economics, 1977); Robert William Fogel e Stanley L. Engerman, *Time On The Cross: The Economics Of American Negro Slavery* (WW Norton, 1995).

Enquanto em São Paulo ainda havia fronteira aberta, com novas propriedades e novos cafezais altamente produtivos, no Vale do Paraíba, na passagem do século XIX para o XX, a fronteira agrícola parecia ter encontrado um limite. Desde o início do século o café vinha sendo plantado de forma extensiva na região. Os fazendeiros que chegavam tratavam de botar fogo nas matas virgens, onde novos cafezais seriam semeados. A produção foi se expandindo assim, com aproveitamento de novas terras para plantio, mas sem muita preocupação em renovar a fertilidade do solo antigo, já utilizado. O contraste com o padrão europeu de produção agrícola era evidente: na Europa, desde pelo menos o século XIII, a prática agrícola mais comum era a de reaproveitamento das terras, tomando o cuidado de utilizar técnicas que renovassem a fertilidade dos solos, como a rotatividade de culturas, o uso de adubo orgânico e o revolvimento da terra com o uso de arado. O camponês europeu e sua família podiam permanecer por décadas, séculos em um mesmo pedaço de terra, sempre refertilizado e reaproveitado. O fazendeiro brasileiro ia consumindo terra e deixando-a para trás, quando ela afinal se degradava e sua fertilidade diminuía. O problema é que, a partir da década de 1880, as matas virgens começaram a se tornar cada vez mais escassas no Vale: o café, estava claro, em breve não teria para onde ir, caso persistisse a mesma técnica de plantio, e novas plantações ficariam inviabilizadas. A ameaça, evidente, não surtiu efeito nem provocou mudanças de comportamento nos fazendeiros da região, contudo. Embora caminhassem para o precipício, ou seja, para o esgotamento total das terras locais caso seguissem com o mesmo sistema agrícola de queimadas e plantio extensivo, não mudaram suas práticas, suas técnicas de cultivo. Esse, então, é o grande enigma de que se ocupa João Fragoso: por que empresários prudentes e racionais do Vale do Paraíba, capazes de fazer cálculos econômicos complexos e que se estendiam por horizontes de tempo dilatados, pareciam resistir estupidamente a optar por um novo método de plantio, de uso da terra? Por que não faziam como os europeus, refertilizando áreas já utilizadas, reaproveitando e revalorizando o território de que eram proprietários? Por que persistiram naquelas técnicas até tornar toda a região praticamente inviável para o cultivo do café, até se tornarem definitivamente incapazes de competir com os paulistas?

O enigma se torna ainda maior quando se nota que as críticas às técnicas empregadas pelos fazendeiros não foram feitas somente tempos depois, já no século XX, quando não havia mais possibilidade de mudança de comportamento. Observadores da época não se cansaram de lançar alertas contra o “sistema de esgotar a terra sem arte nem ciência”, como registra

Stanley Stein em sua obra pioneira sobre Vassouras.⁴ Tratava-se de um “sistema agrícola de desperdício”, diziam, já na segunda metade do século XIX. Por que os fazendeiros não reagem, então? Será que se tratava de alguma espécie de incapacidade intelectual dos plantadores locais, gente tosca, temporalmente míope, “sem arte nem ciência”? Foi essa a explicação geralmente dada, implícita ou explicitamente, para a persistência do uso de queimadas e plantio extensivo de café, mesmo quando as terras boas já se esgotavam. Como se vê, a pecha de irracionais teimou em ser aplicada, por diferentes motivos, aos fazendeiros do Vale.

Mas essa hipótese parece pouco razoável, e não sobrevive a uma inspeção mais cuidadosa, argumenta Fragoso. Afinal, esses mesmos fazendeiros começaram desde cedo a fazer investimentos em maquinário capaz de substituir a preciosa mão de obra escrava em várias etapas da produção de café. Em particular no momento de preparo do grão, máquinas sofisticadas eram usadas para secar, descascar e processar o café, poupando mão de obra, que podia ser empregada no plantio e na colheita. Também o avanço da ferrovia permitiu que outros escravizados reforçassem as turmas da lavoura, trabalhadores que até a chegada das locomotivas tinham que ser destacados para as tropas de mulas que faziam a viagem serra abaixo. Os fazendeiros, portanto, pareciam ter plena consciência do problema de escassez de mão de obra em relação à extensão das terras já cultivadas ou por cultivar.

Ora, os donos de terras do Vale do Paraíba reagiram, historicamente, ao problema específico que enfrentavam, em particular na segunda metade do século XIX – de relativa abundância de terras e escassez de trabalhadores –, tentando poupar mão de obra, substituindo os escravizados por máquinas ou outras técnicas economizadoras de trabalho, sempre que possível. Por que então pareciam se comportar de maneira irracional ao desperdiçar terra? A resposta que Fragoso dá a essa questão começa a parecer evidente, depois que se monta o problema: terra, pelo menos a princípio, havia em abundância; trabalho, não, pelo menos não em relação à quantidade de terra. Toda a lógica de cultivo dos fazendeiros girava em torno do problema de poupar o fator de produção mais escasso – o trabalho – podendo, se fosse o caso, desperdiçar aquele que era mais abundante – a terra. Assim, o sistema de plantio por meio de queimadas, argumenta o historiador, fazia não só uma, mas as duas coisas ao mesmo tempo: não apenas “gastava terra”, mas também poupava a preciosa mão de obra de que os fazendeiros tanto necessitavam.

⁴ Stanley J. Stein, *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900* (Editora Nova Fronteira, 1990).

Segundo essa lógica, as queimadas seriam tão racionais e eficazes, para os cafeicultores do Vale do Paraíba, quanto as sofisticadas máquinas secadoras e descascadoras compradas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Mas como?

Parte da explicação de Fragoso é feita por contraste com os europeus e seu sistema agrícola particular. Um sistema que faz uso repetitivo de um determinado pedaço de terra, com técnicas de rotação de cultura, arado e fertilização a partir de adubo animal usa trabalho de maneira intensiva – seja nas atividades do campo, seja para cuidar dos animais –, e não espanta que fosse assim na Europa. Por lá, em comparação com a América, o trabalho era o fator de produção abundante, que podia ser usado de maneira intensiva, enquanto a terra era escassa. Como a relação de fatores era inversa àquela encontrada no Vale do Paraíba, não fazia nenhum sentido importar a técnica europeia, que resolvia um problema econômico oposto àquele encontrado pelos plantadores de Vassouras e de Paraíba do Sul. Os cafeicultores já começam, assim, a parecer menos irracionais do que se supunha. Mas isso não é tudo. Ao queimarem as matas virgens, os donos de terra na verdade conseguiam um alto grau de adubagem do solo – promovido justamente pelas cinzas das árvores e plantas queimadas, material orgânico que servia para melhorar a qualidade da terra – com um uso mínimo de mão de obra. As queimadas eram supereficientes, dado o problema econômico específico da região.

O que Fragoso mostra é que o destino do Vale do Paraíba podia até ser trágico, mas não era irracional. Mesmo com a redução das matas passíveis de serem queimadas e da diminuição da área potencial de plantio, não fazia sentido para os fazendeiros locais mudarem as suas técnicas produtivas. Eles seguiam tendo que economizar mão de obra. Não tinham trabalhadores em quantidade suficiente para adotar o uso do arado, da rotação de culturas, da criação pastoril associada à agricultura para uso de adubo orgânico animal. Mesmo com o fechamento da fronteira agrícola, para que fosse possível inverter a relação de abundância e escassez entre os fatores de produção teria sido necessário um enorme afluxo populacional na região – algo que o próprio desgaste das terras e a consequente redução da produtividade dos cafezais tornava inviável. A partir de certo momento, o declínio econômico do Vale do Paraíba de fato se tornara incontornável, mas não havia nenhuma razão para que os proprietários locais o enfrentassem agravando ainda mais as suas dificuldades econômicas, ou seja, deixando de poupar trabalho. O sistema agrário de Paraíba do Sul permaneceria o mesmo, determinado pela relação de oferta relativa de fatores de produção – até o fim.

Referências

Fogel, Robert William, e Stanley L. Engerman. *Time On The Cross: The Economics Of American Negro Slavery*. WW Norton, 1995.

Fragoso, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Civilização Brasileira, 1998.

Fragoso, João Luís Ribeiro, e Manolo Florentino. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Sette Letras, 1996.

Mello, Pedro Carvalho de. *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888*. University of Chicago, Department of Economics, 1977.

Slenes, Robert W. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira na província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. Em *Brasil: História Econômica e Demográfica (Iraci del Nero da Costa, org.)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

Stein, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. Editora Nova Fronteira, 1990.

Comentário do professor João Fragoso

O texto a seguir foi-me sugerido para acompanhar a generosa resenha de Rafael Cariello à minha quarentona dissertação de mestrado defendida em 1983 e nunca publicada. No texto procuro, com os olhos de hoje, rememorar a atmosfera acadêmica em que a dissertação foi elaborada.

“Sistemas Agrários” foi escrito em um ambiente de muita esperança. Em 1979 era promulgada a Lei da Anistia e, no ano seguinte, os professores cassados nos anos de Chumbo foram reincorporados à Universidade Pública. A população em 1982 elegia, depois de décadas, os governadores de seus estados e foi às ruas pedir eleições diretas para presidência da República. Completando o cenário, a nova geração de professores de História presenciava o início da multiplicação dos cursos de pós-graduação. Com isso, o *métier* do historiador profissional, conforme pensado por Marc Bloch na década de 1930,⁵ estendia-se pelo país.

Assim, minha dissertação de mestrado foi produzida envolta numa atmosfera social e acadêmica de sonhos. Para completar, na Universidade Federal Fluminense (UFF) surgia, entre outros, o grupo de pesquisa do Professor Robert Slenes e da Professora Maria Yeda Leite Linhares, o último protagonizado também pelo Professor Ciro Flamarion Cardoso.

⁵ BLOCH, Marc. *Apologia à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

O primeiro grupo contribuiu para difundir no Brasil o Novo Marxismo inglês de Edward Thompson⁶ e seu eixo de estudo consistia em ver os escravos como sujeitos, ou seja, pessoas capazes de interferir e mudar os rumos da sociedade do seu tempo. Na verdade, por aquela época, no âmbito da historiografia internacional processava-se uma verdadeira revolução nos estudos da escravidão: os cativos deixavam de ser “animais vocais”, ou instrumentos de trabalho, para serem percebidos como homens e mulheres.⁷

Ainda nos anos de 1980, Slenes mudou-se para a UNICAMP e lá consolidou um centro de estudos sobre a escravidão, cuja influência é até hoje perceptível em investigações de mestrado e doutorado pelo Brasil.

O segundo grupo ficou conhecido como o de “História Agrária da UFF” e mais adiante, pela imprensa, como “Escola do Rio de Janeiro”. A última designação referia-se às suas diferenças diante das outras vertentes historiográficas calcadas nas ideias de Caio Prado Jr e defensores, *grosso modo*, das teorias da dependência. Escrevi minha dissertação de mestrado, e depois de doutorado, sob a orientação de D. Yedda Linhares.

O grupo da UFF tinha como uma de suas principais características a proximidade com as primeiras gerações dos *Annales*, particularmente, com os estudos de Ernest Labrousse.⁸ O *Annales* tinha por ideário a *História Problema*, segundo a qual a finalidade da investigação histórica era entender a lógica das sociedades no tempo. Ou melhor: elaborar explicações para as sociedades entendidas como estruturas sociais em movimento e, portanto, em contínua mudança.

Para tanto, partia-se do pressuposto que a pesquisa histórica tinha por objeto a experiência das massas anônimas, ou seja, dos homens das ruas e massas iletradas. Leia-se escravos, camponeses, lavradores cujos principais fatos de vida, *grosso modo*, resumiam-se ao nascimento, casamento e morte.

⁶ Entre outros ver: THOMPSON, E. *Formação da Classe Operária*. 3 vols., Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

⁷ Entre outros ver: SLENES, Robert. Na Senzala, uma Flor - Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava: Brasil Sudeste, Século XIX. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011; CHALHOUB. Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. (1^o. Ed. 1986); LARA, Sílvia H. Campos da Violência: Escravos e Senhores Na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

⁸ Entre outros estudos: LABROUSSE, E. *Fluctuaciones Económicas y Historia Social*. Madrid: Editorial Tecnos, 1962. GOUBERT, P. *Cent Mille Provinciaux au XVII siecle - Beauvais et le Beauvaisis de 1600 a 1730*, Paris: Flammarion, 1968; VILAR, P. *La Catalogne dans L'Espagne Moderne*. Paris: SEVPEN, 1962. 3 vols; VILAR, P. *La Catalogne dans L'Espagne Moderne*. Paris: SEVPEN, 1962. 3 vols.

Portanto, uma vez construído um problema acerca dessas *experiências*, em seguida, devia-se inventar fontes e métodos que permitissem seu estudo no tempo. Tais fontes deviam ser massivas, de modo a apreender as experiências daquelas multidões, e simultaneamente reiterativas, de forma a acompanhar as ditas relações sociais no tempo.⁹ Assim, tais documentos eram, por exemplo, os registros eclesiásticos e civis (nascimentos, casamentos e óbitos); os impostos, os inquéritos econômicos e demográficos, as escrituras públicas notariais. Eram fontes que o conjunto da população produzia, inevitavelmente, ao longo da sua vida.¹⁰

Enfim, “Sistemas Agrários” surgiu tendo como base tal carpintaria metodológica exaustivamente ensinada por D. Yedda e pelo Prof. Ciro Flamarion, e ainda discutido nas reuniões mensais realizadas pelo Grupo de História Agrária na Pós-Graduação da UFF. Nesses encontros, os alunos expunham os resultados de suas pesquisas e debatiam com professores convidados. Na época, entre os alunos, alguns dos profissionais cujas pesquisas mudaram os rumos da historiografia brasileira, entre eles: Hebe Mattos, Sheila de Castro Faria e Manolo Garcia Florentino.¹¹

Nessa época, o grupo de História Agrária vivia também um clima intelectual instigante em razão das novidades da historiografia internacional e nacional. No âmbito internacional, Herbert Gutman e E. Genovese refaziam a história da escravidão moderna demonstrando a agência os escravos na dinâmica da sociedade escravista norte-americana.¹² Além disso, a ideia da dependência econômica como eixo para explicar as histórias das sociedades do Novo Mundo e, em particular, das escravistas recebia uma

⁹ LABROUSSE, Ernest. “Vois nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIIIe siècles (1700-1850)”, in: X Congresso Internazionale di Storiche Roma, 1955.

¹⁰ Um exemplo dessa invenção são os livros paróquias de batismos, casamentos e óbitos, matéria prima dos historiadores da demografia na reconstrução da dinâmica das populações. Como sabe-se a obrigação das populações católicas registrarem suas vidas nesses livros decorreu do Concílio de Trento realizado entre 1543 e 1565. Concílio realizado para combater os Protestantes Luteranos e Calvinistas, ou seja, o seu objetivo não foi de auxiliar L. Henry na montagem dos procedimentos da História Demográfica na década de 1950. Sobre o método de reconstrução de família ver GAUTIER, E. HENRY, L. “La population de Crulai, paroisse normand”. Etude historique, Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

¹¹ CASTRO, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2023. (primeira edição Arquivo Nacional, 1993); FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento – fortuna e família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹² GENOVESE, Eugene, *A Terra Prometida*. São Paulo: Paz e Terra, 1988 (edição americana de 1974). GUTTMANN, H. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1977.

série de críticas. Nesse cenário, conforme Ciro Cardoso, o Brasil deixava de ser um “imenso canavial” e passava a ser visto como uma sociedade complexa, povoada por pessoas com mais de *dois neurônios*. Da mesma forma, a culpa pelas mazelas da sociedade brasileira (desigualdades sociais e econômicas, miséria, patriarcalismo, racismo etc.) deixava de ser dos *outros* para ser assumida como produto da sociedade brasileira, como gostava de sublinhar D. Yedda: o Brasil se tornou independente em 1822 e o fim da escravidão em 1888. Ao mesmo tempo, eram difundidos no Brasil textos teóricos instigantes como os de Witold Kula, M. Godelier, Ester Boserup e S. Van Bath.¹³

Por sua vez, na década de 1980, a historiografia brasileira reescrevia a transição do trabalho escravo para o livre no século XIX, sublinhando a resistência das diferentes elites regionais ao trabalho cativo e, ao mesmo, seu medo diante de possíveis revoltas nas senzalas. Da mesma forma, começava-se a se entender que o chamado período colonial não se resumia a senhores e escravos, ambos dedicados à produção para exportação. D. Yedda, na ocasião, propunha entender a face oculta da lua, escondida pela casa grande, mas também pelas senzalas. Afinal, sabia-se que em princípios do século XIX, a maior parte da população brasileira era formada por homens e mulheres que viviam fora das senzalas e das casas grandes: eram lavradores, muitos deles, sem terras.

Em resumo, para minha geração, a história do Brasil se apresentava como verdadeiro canteiro de obras. Era necessário entrar nos arquivos e reescrever a historiografia com novas explicações.

Foi nesse ambiente que escrevi “Sistemas Agrários”. A dissertação contribuiu principalmente nos seus aspectos metodológicos. Refiro-me, especialmente, ao emprego de preceitos da história serial na apreensão dos inventários *post mortem* e nas Contas de Tutela¹⁴ do século XIX depositados nos Ofícios de Notas da cidade de Paraíba do Sul. Por exemplo, os bens listados nos inventários (escravos, terras, culturas, maquinários etc.)

¹³ KULA, W. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Editora Presença, 1979; GODELIER, M. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d; BOSERUP, E. *Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura*. Madrid: Editorial Tecnos, 1967; SLICHER VAN BATH, B. H. *História Agrária de la Europa Occidental*. Barcelona: Ed. Península, 1978.

¹⁴ Contas de Tutela, também conhecidas na época, como Contas de Curatela e despesas da Casa são processos produzidos pelo juízo de órfãos para acompanhar as despesas e receitas dos bens dos órfãos feitas por seu tutor. Esse processo também é aberto para acompanhar os gastos e receitas dos bens de um dado inventário *post mortem* até o momento do encerramento. Quando os bens também contemplam empresas temos a oportunidade de acompanhar seu desempenho ao longo do tempo.

serviram para analisar o desempenho da economia cafeeira e da estratificação das fortunas rurais; por sua vez, as contas de tutela viabilizaram o estudo dos custos e receitas das fazendas escravistas.

Nunca publiquei a dissertação, apesar de ela ser citada em diversos estudos, por achar que precisava estudar mais. Afinal, o entendimento do Brasil não é para amadores e, muito menos, para diletantes. Usei parte da dissertação de mestrado no doutorado e, depois disso, resolvi investigar os séculos XVII e XVIII. Algo que até hoje me dedico e com isso tento entender a complicada equação chamada Brasil.

Em 2012 tive uma rápida conversa com Juan Garavaglia, um dos principais historiadores latino americanos. Na ocasião, ele me disse que um historiador escrevia, ao longo da vida, apenas dois ou três livros. Talvez, ele tivesse em mente as antigas teses doutorais francesas (**doctorat d'État**), seja como for, fui formado nesse imaginário. Este é um dos motivos de "Sistemas Agrários" permanecer na gaveta.

João Fragoso – Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro